

A MODERNIDADE, A ANÁLISE DO DISCURSO E A DISPERSÃO DO SUJEITO¹

Alejandra S. Bentolila de Molinas
PUCRS

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

(Foucault, M. *O Uso dos prazeres*; p.13)

I - Introdução

O presente trabalho tentará fazer uma avaliação do diálogo que M. Foucault estabelece com a modernidade a respeito de três problemáticas: a do sujeito, a da história e a do poder. Cabe mencionar que esta avaliação é consequência da valiosa contribuição que o Prof. Sergio Adorno trouxe a todos nós que assistimos ao Seminário por ele conduzido entre os dias 26 de novembro e 7 de dezembro na UFRGS.

A abordagem destas três problemáticas são fundamentais para se analisar esse espaço controvertido que chamamos Análise do Discurso². Assim, o conteúdo das múltiplas "Análises do Discurso", mesmo dentro da Escola Francesa, poderá ser considerado segundo a forma de constituição desse objeto de estudo chamado Discurso.

Neste sentido, depois de ter constatado as variadas e contraditórias referências à obra de M. Foucault, a autora do presente trabalho realizou uma primeira tentativa de aplicação da metodologia foucaultiana a um

¹ Trabalho apresentado como requisito para a disciplina Análise do Discurso I e reformulado logo após termos cursado a disciplina Análise do Discurso II, no curso de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² Quando falamos em Análise do Discurso, restringimos o termo ao seu uso na Escola Francesa.

corpus de Arquivo³. Tal intento certamente deixa de representar o complexo caminho que M. Foucault abriu com o seu questionamento aos modelos de explicação/interpretação baseados no registro da "verdade". Além da interpretação parcial da obra de Michel Foucault, esta primeira tentativa malogrou pela falta de discussão que a autora do presente trabalho possui na área da Sociologia.

Em outras palavras ler Foucault com olhos de "lingüista" pode ser um trabalho estéril se não vencemos o nosso costume de departamentalizar as áreas do conhecimento, se continuamos acreditando que as questões de linguagem nos pertencem de forma absoluta.

Porém, essa aplicação mal sucedida trouxe como conseqüência esta avaliação que vê-se enriquecida pelo tratamento que o Prof. Adorno⁴ propôs em seu seminário.

Evidentemente, a compreensão do diálogo que M. Foucault estabelece com a Modernidade depende da compreensão da ruptura que esta última provoca na chamada Tradição. Neste sentido, a emergência do mundo moderno na segunda metade do século XVIII provoca o "desencantamento do mundo", a ruptura com a tradição do "pensamento mágico", o fim das relações sociais fundadas na coesão social; o mundo moderno "enfraquece a arte de contar" e o controle - agora maior - do homem sobre a natureza coloca a ciência como "promotora da modernidade".

Através de arranjos cuidadosamente construídos, o homem, no mundo moderno, torna-se objeto e sujeito do conhecimento. A emergência do homem nas ciências modernas provoca a separação dos domínios do saber e da ação política, separa o dever ser do ser da sociedade. Porém, as últimas décadas do século XX testemunham uma nova ruptura; ela anuncia o mundo "contemporâneo". Neste mundo contemporâneo - pós-moderno - aquela sociedade pensada, estudada e construída pelos paradigmas positivistas e marxistas vê-se profundamente perturbada pelo questionamento dos modelos clássicos de sujeito-história-poder. O fato de nossos paradigmas terem entrado numa profunda crise trouxe alguns questionamentos novos na velha discussão das ciências humanas: a definição do seu status.

Abordar, então, estas três problemáticas da ótica do "analista de discurso(s) e estabelecer as suas relações (o seu diálogo) com os modelos totalizadores clássicos é a proposta do presente trabalho.

Em outras palavras, tentar-se-á resgatar aqueles diálogos que M. Foucault estabelece com o mundo moderno com o objetivo de debilitar as dicotomias que nos levaram a "inventar o homem". Foucault abandona a

³ Michel Foucault, A Arqueologia do saber, 1969.

⁴ É indispensável dizer que o Prof. Sergio Adorno não é responsável por este trabalho; agradeço-lhe a contribuição que ele trouxe no Seminário intitulado Michel Foucault e a Modernidade. A interpretação e os erros são de responsabilidade da autora do presente trabalho.

filosofia do sujeito (individual ou coletivo) provocando um "desconcerto", um desarranjo nos modos de abordar os paradigmas tradicionais. Este desconcerto ou desarranjo marca a emergência da contemporaneidade que vai repensar social e culturalmente a sociedade. Veremos melhor este desconcerto no ponto seguinte, para a partir dele abordar o aparecimento do homem no domínio do saber; isto é, a constituição do homem, no domínio do discurso, enquanto sujeito.

II - A ruptura entre a Modernidade e a Contemporaneidade

A periodização artificial entre Tradição, Modernidade e Contemporaneidade não é para o analista do discurso uma preocupação em si mas um elemento - um tanto simplificador - para retomar o problema da constituição do homem enquanto sujeito e, a partir disto, repensar as metodologias empregadas pela Análise do Discurso.

Feita tal advertência, tentar-se-á discutir as alterações nos padrões de sociabilidade (no sentido geral do termo) e as alterações nos padrões da cultura (nela incluída a ciência, a filosofia, a história e o homem) desde a perspectiva das "interações languageiras".

A ruptura que a Contemporaneidade estabelece nos domínios do social e do cultural questiona a prolixa construção dos esquemas explicativos baseados nos seguintes pares relacionados:

- a) indivíduo-sociedade (para o domínio do cotidiano)
- b) sociabilidade-trabalho (para o estudo da sociedade à imagem e semelhança do trabalho)
- c) público-privado (para o estudo do mundo íntimo e do mundo do Outro)
- d) política-Estado (para o estudo da intervenção do Estado, sinonimização entre política e Estado)
- e) ciência-filosofia (domínio da Cultura)
- f) progresso-história (domínio da Cultura)
- g) sujeito-liberdade (domínio da Cultura)

É a partir deste "pares ordenados" que Foucault (1979) estabelece o diálogo com a modernidade e enfatiza a presença de uma profunda mudança na sensibilidade intelectual; isto é, a presença de uma nova forma de perceber a sociedade.

Assim, o diálogo que Foucault estabelece com a modernidade se baseia em três novas sensibilidades:

- * sensibilidade do social (crítica da sociedade; a, b, c, d)
- * sensibilidade sobre o conhecimento (crítica do saber; e, f)
- * sensibilidade sobre o homem (crítica do sujeito; f, g)

Estas novas formas de perceber a sociedade levou a redefinir o estatuto do social, do saber e do homem. Assim, o social deixa de ser o lugar da liberdade (individual ou coletiva) para ser o lugar da sujeição; o social é definido em termos de uma rede de práticas e instituições não com funções definidas mas em "funcionamento". O social na contemporaneidade converte-se em jogo de linguagem, interações linguageiras, constituição de enunciados. Por outro lado, a incredulidade nas narrativas legitimadoras e o questionamento aos modelos totalizadores modifica os padrões de conhecimento que deixam de procurar o consenso e a homogeneidade para tornar-se paralógicos, heterogêneos e com fins microscópicos e não mais universais.

O abandono da dicotomia ciência-ideologia acaba com a discussão sobre a objetividade do conhecimento científico, pois o saber funciona sobre campos extra-científicos onde a impossibilidade de objetividade torna-se visível.

Descentrando os acontecimentos para a ordem do saber, a "episteme" vê-se redistribuída; isto é, os acontecimentos na ordem do saber já não mais se colocam como verdadeiros ou falsos pois o homem se perde no discurso sobre o homem e o mundo da paixão adquire autonomia com respeito ao mundo da razão.

A contemporaneidade desconserta a tematização do homem como sujeito da história. Este desarranjo no domínio da subjetividade acaba com a idéia do homem ser aquilo em que é necessário pensar e saber.

Em outras palavras, entre a experiência concreta e os sistemas de explicação (modelos, teorias correntes de pensamento), Foucault estabelece um domínio intermediário que caracteriza os modos de ser. Esta região intermediária distingue a obra de Foucault das teorias convencionais, pois nela o social não se converte em objeto de conhecimento, ela questiona como é que a sociedade institui o modelo segundo o qual o homem é aquilo que torna possível a constituição de todo conhecimento. Isto é, enquanto a episteme moderna é a história do aparecimento (tematização) do homem na sociedade, a episteme contemporânea é o questionamento sobre a constituição das instâncias de produção discursiva que consideram a verdade ou falsidade dos acontecimentos num determinado tempo; não testa critérios de verdade, mas constrói diferentes representações do humano.

Assim, o sujeito deixa de ser a origem e solução de seus problemas pois a possibilidade de pensar uma outra ordem aparece. Desmontada a idéia de sujeito, aparecem as descontinuidades, as fissuras nos nossos sistemas de conceitos; o saber, ou melhor, a episteme atravessa as fronteiras da "obra", da "disciplina", do "autor", das perspectivas teóricas.

A história continuísta e progressiva, o homem como aquilo por onde tudo começa, passa e termina caracteriza a ciência moderna. Assim, as

ciências empíricas do século XIX surgem como possibilidade de conhecimento total sobre o homem que vive (Biologia), que produz (Economia), que fala (Filologia). Isto é, com as ciências modernas aparece uma medida para coisas desiguais; conhecer é comparar-ordenar-classificar. Este procedimento de comparação é atributo do sujeito, é ele quem dita as regras de conhecimento. O homem, nesta ordem classificatória, é objeto das ciências empíricas e fundador do saber.

Se os séculos XVII e XVIII dissolvem o sistema de representação (termina a equivalência entre as palavras e as coisas), o século XIX reinventa a representação através da possibilidade de articular o homem enquanto fundador do saber com o homem enquanto objeto de conhecimento. Surgem as ciências humanas, representações da representação: representação do ato de viver (Psicologia), representação do homem que produz (Sociologia), representação que os homens fazem do ato de falar (Linguística). Pode-se dizer que o modelo que as ciências humanas constituem são saberes e não ciências, pois elas não são nem verdadeiras nem falsas, ou melhor, elas podem ser verdadeiras ou falsas.

Assim, se nos séculos XVII e XVIII predominava "a função" (o que está por trás dos seres vivos, "o conflito" e o "sentido"), no século XIX, com a emergência do homem como sujeito e objeto de conhecimento, acentua-se o privilégio da "norma" (representação da função), da "regra" (representação regulamentada do conflito), do "sistema" (representação do sentido).

O privilégio do segundo elemento dos pares: FUNÇÃO-NORMA/CONFLITO-REGRA/SENTIDO-SISTEMA consolida a invenção do sujeito. A crítica de Foucault à Filosofia do Sujeito não implica a morte do sujeito mas a multiplicidade de sujeitos.

Neste sentido o triedro contemporâneo, verdade, saber, poder não pode ser visto, na perspectiva foucaultiana, como contraditórios; isto é, na modernidade, a produção de conhecimentos caracterizava-se pela dicotomização dos elementos verdade-saber-poder: onde há poder não há saber, pois é com a verdade que se destrói o poder; é o saber que desnuda a perversidade do poder. Este tipo de produção de conhecimento constituiu a categoria SUJEITO (seja ele a classe, o indivíduo ou os movimentos sociais).

No registro do saber não há fases pré-científicas que anunciam a cientificidade, não há verdade-falsidade, não há distinção ciência-ideologia, não há recorrência histórica na busca da origem. O primado da percepção sobre o conhecimento instaura a ruptura sob a forma de saber.

Neste sentido, o discurso, para Foucault (1979), é aquilo que emerge a partir de uma episteme que por sua vez permite a construção de teorias e sistemas de pensamento. A preocupação de Foucault não é com o conhecimento científico, mas com a libertação do saber da forma de validação imposta por ele (libertar-se do princípio de racionalização progressiva).

Assim, Foucault se distancia da dicotomia saber/poder e vê nestes dois elementos uma relação de identidade e não de hostilidade ou contradição. Esta relação de identidade termina com a homologia entre homem e natureza

e com a continuidade entre o conhecimento e as coisas; a identidade entre saber-poder coloca a verdade dentro do poder:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder...a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade...isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros, o status daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 1979, p. 12).

Este poder disciplinar prefere adestrar a punir, ele é um poder operativo que opera em todos os espaços, em todo o corpo social. O poder disciplinar não está centralizado, ele é um modelo baseado na norma e não na lei.

Neste sentido, na perspectiva genealógica (Foucault, 1975) o saber deixa de ser absoluto, pois a relação saber-poder não é uma relação perversa; na perspectiva arqueológica (Foucault, 1969), a noção de discurso fica próxima da noção de saber ou melhor das regras de constituição do saber.

Atendo-nos à perspectiva arqueológica, pode-se afirmar que o que nos interessa é o homem como construção do saber; isto é, interessa-nos a configuração de enunciados, segundo os quais o homem vê-se construído pelo saber.

Sintetizando, a noção de descontinuidade (Foucault, 1969), o poder microfísico-disciplinar e o saber libertado do princípio de racionalização progressiva (Foucault, 1979) são algumas das grandes noções que se pretendem explorar no presente trabalho.

Na análise de acontecimentos discursivos que pretendemos realizar vão ser repensadas as constantes tentativas de homogeneização na aplicabilidade indistinta de unidades de análise. Isto é, pretendemos analisar a pregada continuidade no objeto de estudo que deu origem à problemática da definição de conceitos tais como: enunciado, discurso e as mais variadas unidades de análise.

A este respeito acredita-se necessário repensar a infinita continuidade do objeto de conhecimento lingüístico, pois se aceitamos a diferença entre língua (sistema) e acontecimento discursivo, é inútil tentar aplicar as unidades de análise próprias ao estudo dos enunciados possíveis ao conjunto finito e limitado das seqüências discursivas efetivamente formuladas.

Assim, as unidades da Análise do Discurso serão determinadas pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e se transformam e não pela permanência de um objeto. Isto é, no caso de poder descrever uma regularidade discursiva entre um certo número de enunciados heterogêneos diremos que aí analisamos uma Formação Discursiva (FD). Analisar uma FD é determinar sistemas segundo os quais separamos, associamos uns aos outros os diferentes objetos de discurso.

Neste sentido, baseando-nos especificamente na Arqueologia do Saber (Foucault, 1969), diremos que a formação dos objetos do discurso é assegurada pelo conjunto de relações estabelecidas entre as instâncias de emergência (Domínios) e delimitações (Instituições, saberes e práticas).

As condições para que apareça um determinado objeto de discurso, isto é, para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, serão analisadas a fim de evidenciar, por um lado, que o objeto não pré-existe, mas existe sob condições de um feixe complexo de relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas; isto é, "relações primárias". Por outro lado, estas não devem ser confundidas com as "relações secundárias" que podem estar formuladas no próprio discurso e na própria prática discursiva (definida como o conjunto de regras que definem a especificidade do discurso).

Foi empregada, até aqui sem muita precisão, a noção de discurso. Porém, antes de dar uma definição clara de tal conceito, acredita-se pertinente definir o que Foucault (1969) chama de "enunciado".

III - Enunciado e discurso

Michel Foucault, na sua Arqueologia define aquilo que não é um enunciado. A saber:

- enunciado não é o átomo do discurso; não é o elemento último, indecomponível e susceptível de ser isolado.
- enunciado não é uma proposição; o fato de existir estrutura proposicional definida não implica necessariamente a presença de um enunciado.
- enunciado não é uma frase; é fácil encontrar enunciados que não correspondam à estrutura lingüística da frase. Assim, as flexões pessoais de um verbo constituem um enunciado, um quadro classificatório, uma árvore genealógica, um gráfico ou uma curva de crescimento formam enunciados sem serem frases.
- enunciado não é um ato de fala; num enunciado pode encontrar-se mais de um ato ilocutório.

É evidente que o enunciado como átomo de discurso, como proposição, como frase ou como ato de fala não é mais do que a evocação de um suporte; isto é, representa em todos os casos um elemento residual.

Porém, será possível admitir que um enunciado é "uma função que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se eles fazem sentido ou não" (Foucault, 1969). Ou seja, é "uma função de existência que pertence aos signos, uma função que determina o aparecimento de unidades com conteúdo concreto no espaço e no tempo" (idem).

Define-se, então, o enunciado como a modalidade própria de existência de um conjunto de signos, modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, que lhe outorga uma materialidade repetível.

Considerando tal definição, podemos agora definir discurso como "conjunto de seqüências de signos enquanto enunciados; isto é, enquanto podemos atribuí-lhes modalidades particulares de existência" (Foucault, 1969, p. 124).

Caberia, agora, definir a relação existente entre FD, sujeito e enunciado. Caracterizado o enunciado como uma função, Foucault acrescenta que essa função é vazia; isto é, ela pode ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes.

Porém, o enunciado não pode ser reduzido à enunciação; a enunciação é um fenômeno que não se repete, entretanto o enunciado é uma forma infinitamente repetível. Assim, a identidade do enunciado está submetida às condições e limites impostos pelo conjunto dos outros enunciados, pelo domínio no qual podemos utilizá-lo, pelo papel que deve desempenhar; o enunciado é uma materialidade repetível que aparece com certo *status*, que entra em redes de formulação, que se integra em operações e estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga.

A análise de enunciados é pois, uma análise que se mantém fora de qualquer interpretação; a análise de enunciados pergunta às coisas ditas de que modo existem, o que significa que o fato de terem se manifestado, de terem deixado rastro, de permanecerem para uma reutilização eventual. Neste ponto, enunciado se diferencia de "implícito" ou do "não dito"; a análise dos enunciados não ignora o "não dito", mas afirma que a polissemia, a substituição ou a repressão de uma performance verbal são fenômenos que pertencem a um outro nível, o nível da formulação.

Nem visível, nem oculto, o nível enunciativo está no limite da linguagem. Esta característica prova a inutilidade de procurar um domínio onde se poderia desdobrar a liberdade do sujeito.

Em síntese, examinando o enunciado se descobre:

- Uma função, definida como princípio de diferenciação.
- Um sujeito; não o autor da formulação mas uma posição que pode ser ocupada por indivíduos diferentes.
- Um campo associado; não o contexto, mas um domínio de coexistência com outros enunciados.
- Uma materialidade que não é apenas substância ou suporte, mas um *status*.
- Uma ou várias FD; performances verbais que não estão ligadas por laços gramaticais - no nível da frase -, que não estão ligadas por laços lógicos - no nível das proposições - que não estão ligadas por laços psicológicos ou relações imaginárias - no nível das formulações.

Assim, a função enunciativa se exerce em quatro domínios:

-A formação dos objetos; onde seria preciso demarcar as superfícies primeiras de sua emergência, descrever instâncias de delimitação e grades de especificação, estabelecer a lei de seu aparecimento, mostrar que ele pode dar origem - simultânea ou sucessivamente - a objetos que se excluem sem que ele próprio tenha que se modificar. Isto implica a consideração das condições históricas, as relações entre instituições, processos econômicos e sociais; finalmente, das relações discursivas - externas ao discurso que caracterizam o próprio discurso enquanto prática.

-A formação das posições subjetivas que não só se definem pelo *status* dos indivíduos que têm o direito de proferir o discurso mas também pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos objetos do discurso. O discurso não é manipulação de um sujeito que pensa, que conhece, que diz; é o lugar onde pode ser determinada a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo.

-A formação dos conceitos. A descrição do sistema de formação conceitual deverá ser efetuada a partir de um esquema de seriação que compreende um domínio de atualidade ou de coexistência de enunciados, um domínio de antecipação ou de relações interpretáveis como efeito de antecipação a respeito de futuras seqüências discursivas e, finalmente, um domínio de memória, constituído por elementos em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica.

-A formação das escolhas estratégicas; as estratégias são tipos de enunciação que formam - segundo o grau de coerência, estabilidade e rigor - temas ou teorias. Na formação das escolhas estratégicas evidenciam-se três elementos: a) Os pontos de difração ou dispersão do discurso, onde "cada FD será a unidade de dispersão que abre um campo de opções possíveis e permite que arquiteturas que se excluem apareçam juntas". b) As instâncias específicas de decisão; uma FD não ocupa todo o volume possível que lhe abrem os sistemas de formação, ela é essencialmente lacunar. Na formação das escolhas estratégicas dever-se-á ter em conta o papel de um determinado discurso em relação aos que lhe são contemporâneos e vizinhos - análogos, complementares ou opostos - e as relações de delimitação recíprocas entre os discursos, sendo que cada um destes apresenta marcas distintivas de sua singularidade: domínios, métodos e aplicações. c) Os processos de apropriação do discurso; o direito de falar, a competência para compreender, a capacidade de investir um discurso em decisões, instituições ou práticas. A relação do discurso com práticas não discursivas não deve ser considerado como fator de perturbação, mas como um elemento mais que colabora na formação de sua unidade e caracterização.

Assim, uma FD será individualizada a partir da determinação de seu sistema de formação das estratégias que nela se desenrolam. Isto é, as estratégias devem ser descritas como maneiras sistematicamente diferentes de tratar os objetos do discurso - de delimitá-los, de agrupá-los, de manipulá-los, de dispor formas de enunciação, de manipular conceitos.

Estas opções não deverão ser analisadas como elementos secundários que sobrecarregam a racionalidade discursiva. Não há discurso ideal que as escolhas - de origem externa - teriam pervertido, desordenado ou reprimido.

Desta forma a Análise das FD é incompatível com o conceito de discurso como estado final de uma elaboração; não são os estados finais ou terminais que deverão ser analisados, mas os sistemas que tornam possíveis as formas sistemáticas últimas. Por trás do sistema acabado, a análise das formações descobre as relações sistemáticas múltiplas do discurso.

O discurso aparece, assim, como um bem finito, que tem suas regras de aparecimento, apropriação e utilização, um bem que coloca desde sua existência a questão do poder (Foucault, 1969).

Concluindo este enquadramento teórico, afirma-se que a análise dos enunciados, tentando revelar a regularidade das práticas discursivas, abre um novo campo de estudo. A regularidade de um conjunto de enunciados já não mais precisará da demarcação novo/repetido porque uma prática discursiva nova pode surgir de formulações verbais análogas ou logicamente equivalentes. Por outro lado, este tipo de análise permitirá a derivação de árvores enunciativas em cujas bases haverá enunciados que se referem à definição das estruturas observáveis e em cujas extremidades encontrar-se-ão as descobertas, as transformações conceituais e a emergência de noções inéditas.

Afirma-se, citando Foucault (1969), que:

revelar práticas discursivas é mostrar que falar é fazer alguma coisa diferente de expressar o que se pensa, de colocar em ação as estruturas da língua; revelar uma prática discursiva é mostrar que uma mudança não supõe idéias novas ou um pouco de invenção, mas mostrar a luta pela manutenção ou apropriação das relações de poder.

IV - Um possível exemplo de análise

Com o objetivo de dar um exemplo de análise de enunciados, gravou-se e transcreveu-se um conjunto de seqüências produzidas oralmente no programa da Rede Bandeirantes do dia 17 de julho de 1989 intitulado: "Primeiro encontro dos presidencialistas".

No presente trabalho, define-se o corpus como sendo um conjunto de seqüências discursivas estruturadas num tempo e espaço específico: a eleição

presidencial de 1989. A extração deste universo de discurso nos leva a determinar um campo discursivo de referência; neste caso, o discurso político emitido através de um meio de comunicação.

Neste sentido, a determinação das condições de emergência se resume da seguinte maneira:

- As seqüências foram extraídas de um debate promovido pela Rede Bandeirantes de televisão, transmitido no dia 17 de julho de 1989 com o objetivo de apresentar os candidatos à presidência da República na eleição do dia 15 de novembro do mesmo ano.

- Para tal encontro foram convidados 11 presidencialistas; nove deles aceitaram o convite: Mário Covas do PSDB, Leonel Brizola do PDT, Paulo Maluf do PDS, Affonso Camargo do PTB, Aureliano Chaves do PFL, Luis Ignácio Lula da Silva do PT, Ronaldo Caiado do PSD, Guilherme Afif Domingos do PL e Roberto Freire do PCB; dois candidatos não aceitaram participar do encontro: Fernando Collor de Melo do PRN e Ulysses Guimarães do PMDB.

- A análise discursiva em questão se viu influenciada pelas seguintes regras propostas para o debate: todos os candidatos têm a mesma quantidade de tempo para responder e fazer perguntas, participaram do debate três jornalistas da Rede Bandeirantes - Fernando Mitre, Paulo de Andrade e José A. Ribeiro, outros nove jornalistas foram sorteados entre os órgãos de comunicação mais importantes, o debate foi organizado em sete blocos (no 1º foram apresentados cada um dos participantes e responderam a uma mesma pergunta, na 2ª e 3ª fases cada candidato escolheu outros dois aos quais formulou uma pergunta e pediu um comentário respectivamente, no 4º bloco cada um dos jornalistas da Rede Bandeirantes questionou um candidato e pediu comentário de outro, no 5º, a mecânica foi a mesma e no penúltimo e último blocos, os jornalistas convidados fizeram perguntas a candidatos sorteados.

Identificadas as condições de emergência, se analisará as transformações das variantes intradiscursivas (nível da formulação) em invariantes interdiscursivas. Isto é, tentar-se-á determinar a partir do discurso de cada candidato os elementos de saber próprios a toda e cada FD.

Começamos com o discurso do Senador Mário Covas (D Nº 1). As invariantes interdiscursivas são:

- comprometimento com a social-democracia; aferramento às leis.
- apego aos mecanismos da democracia burguesa.
- defesa da livre iniciativa.
- camuflagem da existência dos conflitos sociais.

As características invariantes do D Nº 2, representada pelo Ex-Governador Leonel Brizola são:

- prega a unificação social; a nação como comunidade indivisa unifica os interesses divergentes.
- despolitização do Estado.
- as relações de dominação são conotadas pelo plano moral: "o bem e o mal".
- o eixo temporal do discurso se situa entre um antes, um agora e um depois.

O D Nº 3, determinado a partir do exposto por Ronaldo Caiado, tem as seguintes características:

- a política é considerada como a continuação da guerra; privilegia-se o medo, a categoria dominante VS dominados é subentendida.
- admite oponentes segundo o saber, mas não segundo o poder.
- há insistência numa única configuração temática.

O D Nº 4, representado pelo discurso de P. Maluf, caracteriza-se por:

- apresentar a competência de forma totalizadora; a diferença entre governo e administração lhe é desconhecida.
- tenta agir sobre o fazer individual.
- a democracia é entendida como aceitação da ordem social estabelecida e submissa à autoridade constituída.
- modalização do saber pelo poder e pelo querer.

O discurso de Afif Domingos representa o D Nº 5 e é caracterizado da seguinte maneira:

- a ascensão social é provocada por dois "valores naturais: inteligência e vontade.
- justifica a existência das classes sociais através da noção de self-made man.
- preconiza a idéia de que o trabalho possa autovalorizar-se como o capital.
- reduz o papel da economia à idéia de deve/haver.

O D Nº 6 identificou-se através do discurso de Aureliano Chaves:

- sobrepõe o saber técnico ao poder político.
- coloca a base do seu discurso na neutralidade do planejamento.
- prega a estabilidade social e a disciplina no trabalho.

O D Nº 7, caracterizado a partir do discurso de Luis I. da Silva, se define por:

- não mascarar a ideologização do discurso.
- responder aos mecanismos da democracia participativa.
- dar maior ênfase ao direito que à lei.

O D Nº 8, representado por A. Camargo, se caracteriza por:

- apresentar situações de prestação de contas, segundo as quais o destinador deve receber uma sanção positiva no plano pragmático.

Finalmente, o D Nº 9, representado pelo candidato R. Freire:

- propõe uma estratégia de transição pacífica ao socialismo.
- desconsidera os posicionamentos pragmáticos na política.

Identificadas as invariantes interdiscursivas, delimitar-se-á as seqüências discursivas escolhidas para a análise:

1...a proposta do PSDB ...tem como objetivo básico aquele de retomando o desenvolvimento econômico...já não mais do crescimento econômico...encurtar as distâncias sociais existentes entre as pessoas e as regiões no Brasil.* (D Nº 1)

*2*Nós...lutaremos...para conseguir um mínimo de estabilidade...retomar o crescimento econômico...já em outras bases, com justiça social.* (D Nº 2)

*3*A primeira medida que nós tomaríamos seria o combate incessante à inflação e à corrupção. É a inflação...que nos está levando ao descalabro, e à corrupção, jamais vista neste país, está levando a você que me ouve a não acreditar mais no Governo.* (D Nº 4)

*4*A minha primeira medida seria...ninguém pode gastar por conta do dinheiro que não tem...e isso como experiência que eu tive no Ministério de Transportes...encolhendo os investimentos...conseguiremos equilibrar o orçamento.* (D Nº 8)

5...quem não distingue não governa, quem não prioriza não administra...o objetivo central de uma administração...é a retomada e o redirecionamento no nosso desenvolvimento...no sentido de não desenvolver exacerbando as desigualdades...preservar a moeda...* (D Nº 6)

6...A primeira medida que qualquer governo teria que tomar...ter acesso a todas as informações possíveis...deveríamos...estabelecer uma auditoria...das empresas estatais...criar uma comissão para negociar com os credores internos...tentar suspender o pagamento da dívida externa... estabelecer uma prioridade básica de recuperação do poder aquisitivo de quem vive de salário...* (D Nº 7)

7...o povo espera do novo governante...é dele resgatar a credibilidade política...eu quero no primeiro momento...fazer uma verdadeira reforma administrativa..., mostrar que nós podemos dar uma quota de sacrifício, podemos enxugar o Estado..., o que eu pretendo é devolver ao cidadão brasileiro a honra de ser brasileiro...* (D Nº 3)

8...o choque que nós daremos é o choque de austeridade, é o choque de moralidade...anunciaremos o primeiro ponto de nossa reforma administrativa que é...o enxugamento de ministérios...recuperando a credibilidade do governante... (D Nº 5)

9...ampliar coalizão democrática para poder ter força política e base social para as transformações que são necessárias...superar os estrangulamentos na área das finanças públicas e das relações entre o Estado brasileiro e os credores internacionais...suspender o pagamento da dívida externa, decretando uma moratória...recuperação do salário real...crescimento econômico num novo modelo... (D Nº 9)

10...eu acho que hoje a interdependência internacional é tão grande...que seria imbecil qualquer pessoa tentar evitar a participação do capital estrangeiro na economia de um país. Ora...as regras que nós queremos estabelecer...evitar remessa de lucro...que o capital estrangeiro não sufocasse o capital nacional...exigir ao capital estrangeiro que dê aos trabalhadores brasileiros, no mínimo, as mesmas condições de trabalho que dão aos trabalhadores...no país de origem.* (D Nº 7 responde à pergunta formulada pela D Nº 1)

11...o que Lula sustenta é aquilo que na Constituinte se define com o artigo relativo a capital estrangeiro...o capital estrangeiro hoje busca...alguma coisa diferente do que buscava no passado...Nós caminharíamos contra a história no instante que não somos capazes de distribuir renda... (D Nº 1 comenta D Nº 7)

12...quando não se investe em pesquisa você deixa a oportunidade de ganhar autonomia, independência econômica, independência política...um país só é independente quando tiver tecnologia própria... (D Nº 7 comentando D Nº 1)

13...as eleições não correm riscos...eu não estou preocupado apenas pelas eleições...e você cidadão não está preocupado apenas com as eleições agora de 89, nós vamos ter que estar preocupados com as sucessivas eleições...de governadores, de prefeito...nós precisamos estar preocupados com a prática democrática... (D Nº 9 responde a D Nº 2)

14... nós deveríamos propor uma discussão entre os presidentes de partidos, autoridades do congresso, entidades representantes do trabalho, da produção, do empresariado...e levarmos ao governo Sarney com pressões...fazendo com que o governo Sarney pudesse agir com um mínimo de eficiência...e chegarmos às eleições.* (D Nº 2 comentando D Nº 9)

*15*Eu não tenho a sinestrosia da argentinização do Brasil...a economia brasileira não está em decadência...está passando por uma crise setorial... (D Nº 9 comenta D Nº 2)

*16*O senhor é a favor ou contra a legalização do aborto? (D Nº 4 pergunta a D Nº 1)

*17*Contra...temas que envolvem problemas de natureza existencial...são apenas passíveis de solução através de plebiscito... (D Nº 1 responde a D Nº 4)

18...o Estado brasileiro é um Estado quebrado...as estatais foram impedidas de executar tarifas públicas justas, dentro de um critério privatista empresarial... (D Nº 8 comenta D Nº 6)

19...o Brasil não pratica economia de mercado...pratica economia administrada...o problema das estatais tem que ser avaliado...para que não se julgue que a administração pública é intrinsecamente incompetente... (D Nº 6 comenta D Nº 8)

*20*O Estado brasileiro tem que cuidar da igualdade de oportunidade...da garantia dos direitos individuais e coletivos...e da infraestrutura básica para a promoção do desenvolvimento econô-

mico social...bem usando a água e investindo no uso múltiplo das águas podemos aproveitar o potencial...o Estado desviou de sua função básica... (D Nº 5 responde a D Nº 6)

*21 D Nº 6 não responde.

22...a importância da agricultura é muito simples e isto eu aprendi na adversidade que é a escola da vida... (D Nº 5)

23...eu creio que o país não pode, de forma nenhuma, se excusar de pagar...precisamos...escoimar da dívida tudo aquilo que é irregular...voltar a crescer, essencialmente é essa nossa posição... (D Nº 2 responde a D Nº 7)

24... a Frente Brasil Popular não acredita que seja possível compatibilizar qualquer política de desenvolvimento com essa política econômica... (D Nº 7 comenta D Nº 2)

25...nós temos que ganhar a opinião pública internacional porque existe muita gente de mente sã por este mundo...que vão nos dar a razão... (D Nº 2 comenta D Nº 7)

26...a Bolívia é um país que permaneceu aberto...os funcionários públicos fantasmas foram para rua, acabou-se a mordomia...você que é a favor das mordomias não vote no Maluf...agora, você que é contra a inflação e contra a corrupção vote no Maluf... (D Nº 4 responde a D Nº 3)

27...diminuir a máquina estatal e conter o déficit público será suficiente para...trazer a inflação a...3% ou...na verdade está tendo uma lavagem do dólar vindo do tráfico de drogas? (D Nº 3 à D Nº 4)

*28*Acontece que essa lavagem existia também quando tinha 26 mil por cento de inflação ao ano...a minha receita para o Brasil-austeridade, governo com autoridade, ministros competentes, combate à corrupção, e ter como objetivo o interesse social maior e não o interesse social menor... (D Nº 4)

29...a antecipação da posse é primordial porque significa antecipar a solução de nossos problemas... (D Nº 5)

*30*O que nós temos que pedir a Deus é que este governo administre da maneira menos catastrófica até o dia 15 de novembro e nós podermos chegar ao governo...na data prefixada...Porque o presidente eleito terá que ter...uma radiografia do país...não pode...sem saber sequer quais são os sintomas do paciente já apresentar o tratamento... (D Nº 3)

31...deixar de emitir títulos ou moeda...isso não é conservador, isso é aritmético...eu tenho uma visão social do Estado, só que nós temos que acabar com a inflação... (D Nº 8 responde a D Nº 9)

32...não se discute...que esse estado amplie a sua carga tributária acima do capital...esse estado brasileiro é um estado privatista...um estado que terminou com o serviço público...Esse estado é a imagem e semelhança dessa classe dominante que sabe fazer o capitalismo sem riscos... (D Nº 9 comenta D Nº 8)

33...aumentar a arrecadação não entra em contradição com o equilíbrio orçamentário... (D Nº 8)

*34 Fernando Mitre pergunta para D Nº 2 e pede comentário de D Nº 7, sobre a redistribuição de renda.

35...no Brasil vem se acentuando...um processo de transferência de renda para uma minoria...enquanto a população se empobrece...a massa de produção que tem o Brasil...é consumida pelos funcionários como disse um outro candidato? Não...* (D Nº 2 responde)

36...nós precisamos...dizer...ao empresariado...que é preciso que uma parcela de seus lucros seja devolvida em forma de salários e outra parcela seja investida no setor produtivo...* (D Nº 7 comenta)

37...nos últimos anos da monarquia...a classe dirigente não admitia dar salários aos escravos...como naquele tempo...hoje a classe dirigente não entende...* (D Nº 2)

*38 José A. Ribeiro pergunta para D Nº 1 e pede comentário de D Nº 6 sobre a crise das estatais.

*39*O estado...entrou...no investimento direto...como incentivador do que existia de mais moderno em matéria de tecnologia...* (D Nº 1)

40...precisa ser restaurada a verdade administrativa...* (D Nº 6)

*41 Paulo de Andrade pergunta a D Nº 7 e pede comentário de D Nº 3; tema: respeito à justiça.

42...o poder judiciário tem que ser autônomo...sem intromissão do poder executivo...o poder judiciário hoje não age, hoje com a independência...com que deveria agir...o poder judiciário quando representa interesses da classe dominante não tem autonomia...* (D Nº 7)

43...eu discordo na posição em que o poder judiciário está vinculado a alguns grupos...é um poder independente, é um poder que não lhe é dado a ele condições mínimas para implantar a lei...eu só entendo democracia...onde todos nós somos prisioneiros das leis...Cuidado, podemos transformar os faltosos em vencedores*, (D Nº 3)

44...foi a justiça que permitiu que um exército invadisse a Siderúrgica de Volta Redonda...* (D Nº 7)

*45 Fernando Mitre pergunta a D Nº 4 e pede comentário de D Nº 9. Tema: Custo social da política econômica implantada na Bolívia.

46...Nós temos que fazer uma escolha. Esta escolha permite somente duas opções...a primeira é fazer um governo fraco...eu escolheria a opção de um governo com autoridade, onde quem trabalha...ganha e ganha bem, quem não trabalha será demitido...eu preferiria causar um custo social a 100 ou 200 mil fantasmas a dar um custo social...a 140 milhões de brasileiros...um pacto pela democracia...vai levar ao crescimento econômico com a felicidade geral do povo...* (D Nº 4)

47...é exatamente uma questão de escolha...nós estamos assistindo...à escolha daqueles que são a classe dominante...em nenhum momento, ele colocou uma questão de escolha acima do problema da dívida...e nem se discute aqui os incentivos e subsídios para, inclusive pessoas como ele, que recebem subsídios do governo...não discute...os subsídios que são dados a essa chamada livre iniciativa...eu faço uma escolha ao contrário, quem vai ter que pagar são aqueles que se beneficiam com este modelo...*

*48 José A. Ribeiro pergunta a D Nº 5 e pede comentário de D Nº 2. Tema: Combate à inflação e arrocho salarial.

49...quem está cuidando da pobreza neste país é a economia informal...o dinheiro não está mais a serviço do trabalhador, ele está a serviço da especulação...provocando a falta de mão-de-obra, nós vamos...elevar o salário...* (D Nº 5)

50...a classe dirigente brasileira...não admite que a causa fundamental da inflação...são as perdas internacionais...* (D Nº 2)

51...ele defendeu a chamada economia informal...que é uma forma das pessoas não terem compromisso com o fisco...* (D Nº 9)

*52 Paulo de Andrade pergunta a D Nº 3 e pede comentário de D Nº 7. Tema: A luta pela terra.

53...o problema no Brasil não é escassez de terra, o problema...é ter uma pessoa capaz para realmente dar oportunidade a todos aqueles, não sem terra mas vocacionados para o trato com a terra, poder ter acesso a seu quinhão...nas terras improdutivas do Governo Federal...Foi votado no Congresso quem defendia a terra produtiva, e nós acatamos isso, e aqueles que queriam paralisar a terra produtiva, fazendo cortesia com chapéu alheio...querendo destruir os setores produtivos primários que já cumprem a sua função social que é a de gerar riquezas...* (D Nº 3)

54...O Ronaldo Caiado, ele disse, na minha opinião, uma inverdade...tive muita gente contra a reforma agrária...nunca se estabeleceu um debate de quem era a favor da propriedade e quem era contra a propriedade...nós defendemos propriedade para todo mundo...nós queríamos...que os latifúndios improdutivos também fossem distribuídos...alguns latifundiários neste país, os mesmos que andam promovendo a violência no campo, ...quiseram evitar...uma distribuição de terra... (D Nº 7)

*55 Fernando Mitre pergunta a D Nº 1 e pede comentário de D Nº 2. Tema: Choque capitalista e FMI.

56...não está em discussão, neste país,...o capitalismo ou o socialismo...foi decidido na Constituinte que...a ordem econômica se baseia na valorização do trabalho e na livre iniciativa...* (D Nº 1)

57...Nós estamos vendo um falso dilema nessa história de privatizar, estatizar...o que este país necessita é um choque de vergonha...de consciência nacional...* (D Nº 2)

58...eu não quero dar nenhum choque de socialismo...* (D Nº 9)

*59 José A. Ribeiro pergunta a D Nº 2 e pede comentário de D Nº 8. Tema: salários.

60...fazer com que as rendas, os salários e as aposentadorias subam...o governo tem que atuar como grande mediador, impulsionar os salários...O Brasil precisa...de um salárioço...precisamos inverter este fluxo, esse que está acumulando na mão de uma minoria...* (D Nº 2)

61...sem crescimento econômico nós não vamos conseguir aumento do salário real...* (D Nº 8)

62...quais são essas minorias que estão abocanhando grande parte do dinheiro do Brasil?...pelo menos minha terra gera grãos...e eu não sei como você como deputado está gerando para o Brasil...* (D Nº 3)

63...vou dar um exemplo...eu vou citar o Dr. R. Marinho...empresário cartorial...o exemplo que vem desses outros países...é que quando cresce a economia deve crescer a renda da população... (D Nº 2)

64...o papel do Estado não é o de se meter mas é o de aceitar que, livremente, o movimento sindical possa estabelecer negociação coletiva com a classe empresarial...O papel do Estado é não permitir que os empresários repassem para o custo do produto aquilo que foi um aumento concedido aos trabalhadores... (D Nº 7)

*65 P. de Andrade pergunta a D Nº 6 e pede comentário de D Nº 5. Tema: Estado paternalista.

*66*O Estado não pode ser paternalista, tem que ser realista...o Brasil precisa...criar condições de melhoria da produtividade nacional...a produtividade nacional não corresponde ainda às necessidades reais de desenvolvimento deste país... (D Nº 6)

67...esta estrutura paternalista do Estado é aquela que em detrimento dos mais pobres sustenta os mais ricos... (D Nº 5)

68...daí a razão pela qual o Estado precisa ter autoridade.* (D Nº 6)

*69 F. Mitre pergunta a D Nº 4 e pede comentário a D Nº 1. Tema: Dívida interna.

70...a dívida interna é sagrada. O governo não pode perder a credibilidade...a dívida interna não é causa, a dívida interna é consequência...esse déficit do orçamento monetário é que gera...essa dívida... (D Nº 4)

71...o problema da dívida interna não é o seu montante...o problema é como você financia, em que prazos, em que condições...é preciso alongar o perfil da dívida... (D Nº 1)

72...eu recomendo um governo com autoridade...um governo que não dê calote na sua dívida interna porque dar calote...representaria tirar toda a credibilidade de um governo constituído... (D Nº 4)

*73 J.A. Ribeiro pergunta a D Nº 7 e pede comentário a D Nº 9. Tema: Definição da eleição.

74...temos obrigação de garantir que o povo se dirija...para votar conhecendo o passado, o presente de cada candidato...eu acho que as eleições não estão definidas...o povo não vai votar numa nova mentira...acho que a sociedade brasileira quer renovação e essa renovação passa por mudança de classe social para governar este país... (D Nº 7)

75...não estão definidas...70% ainda não está definido... (D Nº 9)

76...(o novo presidente) vai assumir compromissos puros, ele será cobrado com maior firmeza do que até então os presidentes indicados pelo colégio eleitoral ou por algum general do exército... (D Nº 7)

*77 P. de Andrade pergunta a D Nº e3 e pede comentário de D Nº 2; tema: União democrática ruralista.

78...o que nós fizemos foi aquilo que se pratica em todo país desenvolvido onde cada segmento da sociedade se organiza numa entidade forte...sem...vinculações com o Estado...A UDR...é uma entidade que teve a coragem, na Assembléia Nacional Constituinte, não só de lutar pela

terra produtiva...mas teve a coragem de...lutar contra a especulação...que é o sistema financeiro nacional...todas as vitórias que tivemos foi na área democrática... (D Nº 3)

79...Claro que foi um movimento que surgiu aí, baseado em gente poderosa...apoiado pelo grande poder...que através desse movimento estava defendendo as concessões de terra que receberam durante a ditadura... (D Nº 2)

80...não é a UDR no poder porque a UDR não é partido político...mas o Brasil real... (D Nº 3)

*81 P. Marquês, da revista Isto é Senhor, pergunta a D Nº 5. Tema: Fernando Collor de Melo.

82...a candidatura Collor de Melo para mim não é um fenômeno...na verdade hoje...há um desgaste da política, dos políticos...e esse desgaste é proporcional ao tempo de serviço...foi até certo ponto positivo porque desmascarou aquela tese de que...as grandes estruturas teriam preferência nesta eleição... (D Nº 5)

*83 Andrés Licha da Folha de São Paulo pergunta a D Nº 9. Tema: Estabilidade no emprego e o modelo soviético.

84...o modelo soviético não vai ser adotado no Brasil. O Brasil terá um modelo brasileiro...Nós defendemos a estabilidade no emprego porque se nós, num processo de recessão, ...não tivermos um Estado que garanta, não a livre negociação...mas que tenha capacidade de intervir no processo econômico...não teremos uma sociedade mais justa... (D Nº 9)

*85 João Sampaio, da Folha da Tarde, pergunta a D Nº 2. Tema: Sistema de governo criado pela Constituinte.

*86*Se ocorrer a eventualidade da eleição de um cidadão independente, como é o meu caso, ...vou...propor as modificações necessárias a esta Constituição.

*87 Edson Brenner, da revista Final pergunta a D Nº 6. Tema: Tabelamento dos juros em 12%.

88...se estivesse na Constituinte não votaria o tabelamento dos juros porque os juros é decorrente de uma economia de mercado...mas assumindo a presidência...eu faço cumprir o que o texto constitucional determina.* (D Nº 6)

*89 Paulo Sampaio pergunta a R. Caiado

*90*Quando todos achavam que era impossível congregar uma classe, peregrinamos por esse país a fora e mostramos que...os setores produtivos precisam se organizar...nós fomos vitoriosos em vários combates...eles (políticos e tecnocratas) orquestraram, a nível nacional, uma campanha difamatória...sem dar a nós o direito de defesa...*

*91 Luis A. Falcão, da revista Veja, pergunta a D Nº 4. Tema: Dívida externa.

*92*Parece que as autoridades monetárias eram sócios dos bancos estrangeiros que só engordaram a sua balança...eu que encostei a minha barriga no balcão...eu iria lá pedir um desconto...eu iria renegociar a dívida de maneira realista...*

*93 Alex Onix, da Folha da Tarde, pergunta para D Nº 7. Tema: a queda nas pesquisas.

*94"...eu não atribuo a queda nas pesquisas de opinião pública nem às prefeituras, nem às greves, nem à questão da escolha do vice...eu acho que uma pesquisa, ela retrata o pensamento momentâneo de uma parcela da sociedade..."

*95 Marcelo Bauer, de O Globo, pergunta a D Nº 8. Tema: Características de sua candidatura.

*96"É evidente que é para valer..."

Vejamos inicialmente, a formação dos objetos do discurso em cada uma das seqüências discursivas.

Analisando as seqüências proferidas pelo D Nº 1 constatamos que:

- a) Os objetos do discurso abrem para si mesmos uma existência no campo da memória, modificando-os; isto é, os objetos que sofreram modificações foram integrados à prática discursiva.
- b) As instâncias de delimitação dos objetos do discurso desta formação podem ser descritas a partir da prática, exercida pelo porta-voz de dita formação, na Assembléia Nacional Constituinte.
- c) Foi aproveitado, ao máximo, o sistema de relações externas ao discurso; isto é, aqueles sistemas que ofereceram ao discurso objetos dos quais ele pode falar.
- d) A formação dos objetos responde a configurações temáticas claras, determinadas pela antítese constitucional/não constitucional ou anticonstitucional.

Analisar-se-á alguns exemplos (seqüências *1, *11, *17, *56, *71):

Nestas seqüências vemos aparecer toda uma série de objetos de discurso pertencentes ao campo do direito e da Constituição atual:

- desenvolvimento econômico VS crescimento econômico; só o desenvolvimento, segundo esta formação, é capaz de encurtar as distâncias sociais.
- crença no poder da lei leva a acreditar, por exemplo, que a "política de investimentos de capitais estrangeiros" mudou de "antes" para "agora".
- apoia-se na Constituição para justificar a escolha pela iniciativa privada.

A presença destes objetos de discurso não é consequência da constatação de uma nova forma de reger a sociedade. Sem dúvida, existe hoje uma nova forma de reger a sociedade, mas isso não explica o investimento semântico-sintático neste discurso.

Daremos um exemplo: na seqüência discursiva *1, ao negar o primeiro termo da oposição crescimento/desenvolvimento, a asserção que segue não permite a reunião dos termos opostos num mesmo campo discursivo; isto é o D Nº 1 refuta o D Nº 8 que propõe o crescimento para depois proceder à

distribuição. Desta maneira tenta refutar o mito que se representa na reunião dos sub-contrários: não-crescimento-não distribuição, apresentados na seqüência *61.

Vemos, assim, que a formação dos objetos do discurso são submetidos a transformações que podem ou não alterar a relação sujeito-objeto.

Se reunimos as seqüências *1, *61, *2 podemos construir uma rede de enunciados multiplamente divididos:

De *1 (D Nº 1) FORMULAMOS:

- (1) Só a retomada do desenvolvimento poderá encurtar as distâncias sociais

Já não mais do crescimento econômico

De *61 (D Nº 8) FORMULAMOS:

- (2) Sem crescimento econômico nós não vamos conseguir aumento do salário real.

De *2 (D Nº 2) FORMULAMOS:

- (3) Lutaremos para conseguir um mínimo de estabilidade e retomar o crescimento econômico com justiça social.

Constata-se que, tendo como seqüência discursiva de referência a formulação (1), a formulação (2) altera a relação entre sujeito e objeto; entretanto a formulação (3) se apresenta como evidência do surgimento de um outro objeto de discurso - justiça social - sem que o próprio objeto da seqüência discursiva de referência se modifique.

Como nas seqüências anteriores, nas seqüências *56 e *58 vemos que o que está sendo refutado não é um raciocínio, mas o próprio interdiscurso da FD dominada pelo D Nº 1. Propõe-se, para as mencionadas seqüências, a seguinte reformulação:

Da *56 FORMULAMOS:

Neste país, a ordem econômica a ser implantada não está em discussão, pois é a Constituição que a estabelece. (D Nº 1)

Da *58 FORMULAMOS:

Não daremos nenhum choque de socialismo, mas condenamos e tentaremos mudar a ordem econômica estabelecida neste país. (D Nº 9)

A formação do objeto do discurso para a reformulação de *56 se baseia na antítese constitucional-não constitucional que, estando na base da árvore

enunciativa (1), permite o surgimento de outros objetos - livre iniciativa, por exemplo - que completam o universo discursivo da formação em questão.

Passemos, agora, à formação dos objetos do D Nº 2. Observa-se que:

- a) Os objetos do discurso também abrem para si mesmos uma existência no domínio da memória discursiva, mas diferentemente do D Nº 1, eles manifestam sua existência pelo fato de não terem sido modificados.
- b) As instâncias de delimitação dos objetos se executam a partir da caracterização semântica de determinados elementos em disfóricos ou eufóricos. A aplicação destes termos não é neutra, revela uma das condições de formação do D Nº 2.

As seqüências *2, *14, *23, *25, *35, *37, *50, *57, *60, *79 e *86 serviram de base para a reformulação de alguns enunciados. Por exemplo da seqüência *37 reformulou-se:

- (4) Os países credores devem mostrar ao Brasil o caminho para que o Brasil possa voltar ao comércio internacional, a importar, a exportar...a crescer.

A existência de objetos de discurso inalterados autoriza um efeito discursivo específico: o efeito de realidade ou de verdade. Este tipo de formação de objetos esconde uma forma de articulação de discursos anteriores cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas; esta forma de constituição de objetos é própria do populismo latino-americano. Isto é, uma das FD que compõem o D Nº 2 é a FD "populismo".

Analisando as seqüências *14 e *57 reformulamos:

- (5) Nós, os representantes da consciência nacional, deveríamos promover uma discussão entre os presidentes de partido, autoridades do Congresso, entidades representantes do trabalho, da produção, do empresariado, a fim de pressionar o Governo.

Observa-se aqui que, ocultando os atores da pressão, dá-se voz às diferentes classes e setores de classe que representam a "comunidade nacional"; isto é, a "comunidade nacional" está na base da árvore enunciativa do D Nº 2.

Por último, analisando a seqüência discursiva *57, observa-se que os objetos de discurso próprios a esta formação são quase sempre caracterizados a partir da dicotomia elementos eufóricos-disfóricos.

Assim a seqüência *57 poderia reformular-se da seguinte maneira:

- (6) A discussão sobre privatização ou estatização é um falso problema já que o verdadeiro problema é a falta de consciência nacional.

Neste exemplo os elementos disfóricos são privatização e estatização. O valor da discussão se inscreve na instância de delimitação de seus próprios objetos de discurso; caso contrário o D Nº 2 terá que reconhecer a existência de conflitos sociais, os quais, fazendo parte da comunidade brasileira, ficam fora da comunidade nacional.

Continuando a análise da formação dos objetos, analisar-se-á como isto se efetua no D Nº 3.

- a) As instâncias de delimitação dos objetos re realiza sobre a execução de "um outro fazer", o fazer daquele que conhece.
- b) A formação dos objetos responde a configurações temáticas que se pretendem eternas já que se manifestam como expressões de fatos e não como expressão de opiniões.
- c) A configuração dos objetos de discurso manifestam a presença da FD medicina.

As seqüências *7, *27, *30, *43, *53, *62, *78, *80, *90 serviram de exemplo para a análise.

Nessas seqüências, vemos o aparecimento de um conjunto de objetos que não aceitam ser opiniões mas expressão de fatos reais. Por exemplo:

Defesa da credibilidade política ≠ existência de politiqueros e tecnocratas.

Defesa da lei ≠ Justiça que transforma os faltosos em vencedores.

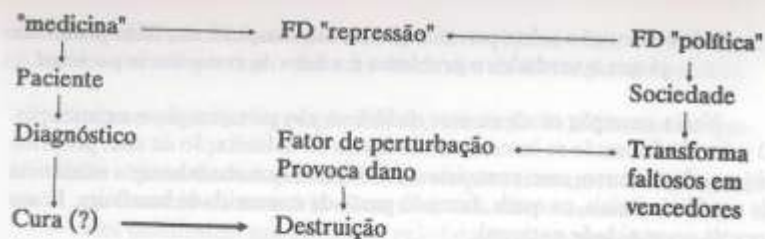
Desvinculação da UDR do Estado ≠ Luta da UDR na Constituinte.

A formação dos objetos de discurso deste D Nº 3 pode ser considerada como uma tentativa de escamotear a ambição de poder de um grupo; isto é o D Nº 3 caracteriza a ambição como sendo uma necessidade. Estes "fatos reais" incluem as classes sociais; assim concebe-se a divisão em classes como lei natural, ou ainda, como resultado de atividades segundo o saber individual.

Conseqüência desta visão da sociedade são as configurações temáticas que se pretendem eternas e válidas; sendo assim, os que desrespeitam a carga semântica de tais configurações são considerados "inimigos".

Outro fato importante, que se depreende do anterior, é o estabelecimento do diálogo entre duas FD; aquela da medicina - que, por exemplo, considera o vírus da AIDS como objeto de sua investigação - dialoga e se confunde com o discurso próprio das formas de repressão - que levam a cabo a destruição do fator de perturbação.

Assim, o D Nº 3 considera a organização social segundo o seguinte esquema:



No D Nº 4 constatou-se que o sistema de formação de objetos caracteriza-se por:

- A formação dos objetos de discurso se baseia no objeto-origem "competência".
- As instâncias de delimitação dos objetos de discurso se realizam sobre o fazer; já não sobre o fazer daquele que conhece, mas sobre o fazer daquele que fez.
- Aparecem, como no caso do D Nº 3, objetos de discurso com origem num universo discursivo outro que o político; o universo discursivo "comércio" dialoga com o universo "político", tornando a organização social - desta vez - objeto de administração.

Consideremos as seqüências *3, *16, *26, *28, *46, *70, *92.

Em quase todas as seqüências o objeto de discurso é uma modalidade do querer fazer. As pessoas "competentes" para o exercício desse querer fazer são empresários, possuidores das "virtudes essenciais" - incorruptibilidade, autoridade, ausência de deformações ideológicas, ausência de demagogia -, esse outro querer fazer que a nação necessita.

Transforma-se, assim, o querer fazer em dever fazer através do objeto de discurso "autoridade", "autoridade que provém do povo".

Esse querer-dever-fazer determina o aparecimento de um outro objeto, aquele representado no item "caos". É por meio deste novo objeto ou de seus parásitos - inflação, demagogia, desgoverno, estagnação - que o D Nº 4 dialoga e realiza alianças com outros discursos analisados.

Por exemplo, "demagogia" sevirá para refutar a FD "populismo" incluída no D Nº 2; inflação e corrupção realizam aliança com o neoliberalismo brasileiro; desgoverno é uma forma de antecipação que visa a estabelecer o antagonismo com o D Nº 7.

No D Nº 5, constatou-se o seguinte sistema de formação:

- O sistema de formação de objetos está baseado em dois valores essenciais: inteligência e vontade.
- As instâncias de delimitação dos objetos podem ser descritas a partir da configuração temática "contabilidade", representada pela dupla dever/haver.
- Os objetos de discurso abrem para si uma existência no domínio da atualidade.

Assim, nas seqüências *8, *22, *39, *49, *67, *82 constata-se que os objetos de discurso dialogam com a atualidade; assim, "as forças da nacionalidade" lutam na "revolução verde" ou na "revolução administrativa" contra as "distorções políticas ou econômicas".

O objeto revolução, neste caso, não procura o movimento, mas a imobilidade e a negação ao controle estatal. Deste objeto se desprende um outro objeto de discurso, representado pelo item "setor informal".

As bases para a formação dos objetos de discurso, inteligência e vontade, se colocam como contenção social, viabilizando só a ascensão social individual. Conseqüentemente, o objeto "trabalho" adquire a propriedade de autovalorização como o capital; isto é, o capital de quem não tem capital é constituído pela inteligência e a vontade de fazer.

A formação dos objetos, no D Nº 6, caracteriza-se da seguinte maneira:

- O eixo sobre o qual se constituem os objetos de discurso é representado pela competência administrativa e por um "saber fazer porque fez".
- As instâncias de delimitação coincidem com os pressupostos do neoliberalismo.
- Desideologização dos objetos de discurso, sustentada pela redução da política a uma tarefa administrativa.

A característica básica deste tipo de formação de objetos é a dicotomia entre um fazer executivo e um fazer decisório; o primeiro pertence ao povo, o segundo ao governo. O papel de cada um, na sociedade, é definido tautologicamente: "...estudante tem que estudar, professor ensinar...", administrador...fazer política.

Contrariamente a alguns discursos analisados, este último autoriza a participação das pessoas em projetos de assistência social - entendido este novo objeto de discurso como a substituição do protesto pela ação efetiva.

Constata-se que os objetos de discurso se formam a partir de uma idéia funcionalista da sociedade; o objeto "fazer decisório" é destinado ao governo já que este possui a modalidade do "saber fazer porque faz ou fez".

Um outro objeto de discurso é aquele configurado na palavra Estado. Neste sistema de formação, o Estado é definido - numa análise interdiscursiva - como a instituição que está fora e acima dos conflitos sociais. Porém, é a

partir deste último objeto que se estabelecem alianças ou se refutam interdiscursos de outras FD.

Analisando as seqüências discursivas *6, *12, *24, *42, *54, *64, *74, *76, *94 constata-se que o sistema de formação do D Nº 7 caracteriza-se por:

- a) Objetos de discurso que abrem para si uma existência no domínio da memória.
- b) Instâncias de delimitação de objetos suscetíveis de serem descritas a partir da relação "luta ideológica - praxis política".
- c) Prática discursiva que instaura novos objetos ou redefine os já existentes em outros discursos.

Nas seqüências acima mencionadas vemos aparecer uma série de objetos que, sem excluir-se, modificam enunciados anteriores. Assim, a formação de objetos é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre a instância de emergência e os elementos de saber de outros discursos; isto é, novos objetos tentam modificar o "domínio do saber".

Por exemplo, observando as seqüências *12 e *11 constatamos a tentativa de modificação no sistema de formação. Assim construindo o seguinte enunciado dividido:

desenvolvimento econômico...com capitais estrangeiros
...possibilidade de distribuição de renda. (D Nº 1)

desenvolvimento econômico...incompatível com a atual
política econômica...impossibilidade de distribuição de renda (D Nº 7)

constata-se que os objetos de discurso acrescentados tentam modificar os objetos de discurso introduzidos pelo D Nº 1. Esta modificação altera a relação posição-sujeito/objeto de discurso sem alterar a legitimidade dos sujeitos.

As seqüências *4, *18, *32, *61, *96 que compõem o D Nº 8 caracterizam-se pela seguinte formação de objetos:

O eixo de formação está representado por dois objetos: ineficiência estatal e livre iniciativa.

A análise de tal sistema foi feita conjuntamente com o D Nº 1.

Finalmente, o último sistema de formação de objetos será caracterizado através das seqüências *9, *13, *15, *32, *47, *75, *84, proferidas pelo candidato Roberto Freire (D Nº 9):

- a) A formação dos objetos de discurso abre para si uma existência no domínio da memória, porém modificada pelo domínio da atualidade.
- b) As instâncias de delimitação dos objetos se descrevem a partir da "luta ideológica" exclusivamente.
- c) Os objetos de tal discurso constituem uma forma de antecipação.

Vemos, por exemplo, na seqüência *13 uma das formas de antecipação:

Preocupação com a prática democrática (D Nº 9)

O comunismo não é democrático (D Nº 2)

A seqüência discursiva *13 se antecipa refutando o interdiscurso da FD "populismo" constituinte do D Nº 2.

Vejam os agora a formação das posições subjetivas.

"As posições subjetivas se definem pelo status dos indivíduos que têm o direito regulamentar ou tradicional (juridicamente definido ou espontaneamente aceito) de proferir um discurso" (Foucault, 1969). Mas, só o status define as posições subjetivas?

Considera-se que é necessário, também, descrever os lugares de onde o sujeito obtém seu discurso; isto é, as diferentes FD que intervêm na construção de cada interdiscurso.

Assim, observamos que o sistema de relações que aparece nas formações analisadas é definido pela especificidade de uma prática discursiva. É na constituição da "dispersão do sujeito" - status, lugares, modalidades, posições que pode ocupar quando exerce um discurso - que revelaremos o processo de refutação interdiscursiva. Vejamos alguns exemplos:

Na seguinte seqüência discursiva, extraída do corpus, qual é a posição que pode e deve ocupar qualquer indivíduo para ser o seu sujeito?

"...eu gostaria de prestar aqui duas homenagens, à Rede Bandeirantes e aos políticos *aqui presentes* pela contribuição que estão dando à democracia...A proposta do PSDB...tem como objetivo básico aquele de, retomando o desenvolvimento econômico buscar encurtar as distâncias sociais...Isto é, a nosso modo de ver, só se pode fazer através do desenvolvimento econômico."

A posição que qualquer indivíduo deve ocupar para ser sujeito da formulação anterior define-se:

a) Pelo status do indivíduo que tem o direito de proferir a seqüência. O sujeito enunciativo de "eu gostaria..." apaga, na primeira parte da formulação, o sujeito do saber da formação em questão. Estima-se que o apagamento inicial possa ser interpretado como sendo uma refutação às formulações efetuadas em dias anteriores pelos candidatos ausentes.

Poderíamos representar a refutação da seguinte maneira:

EU (que sou democrático por estar aqui presente e por ser Senador da República) homenageio a Rede Bandeirantes.

Os candidatos ausentes (que não são democráticos) anunciaram em outros meios de comunicação (cuja participação democrática é duvidosa) a sua não participação.

Este apagamento do sujeito do saber, na parte inicial da reformulação, irá caracterizar a qualificação "democrático" como sendo uma virtude individual, fato observável no próprio interdiscurso do D Nº 1.

b) Pelo lugar onde se produz o encontro entre o sujeito do saber e o sujeito da enunciação. Isto é, logo após o apagamento inicial, o sujeito enunciador se identifica com o sujeito do saber propondo a redistribuição de enunciados, recompondo-os:

desenvolvimento econômico... "JÁ NÃO MAIS"... crescimento econômico... com o objetivo de encurtar as distâncias sociais... "JÁ NÃO MAIS" de aumentar salários...

Vê-se que o sujeito enunciador, na identificação com o sujeito do saber, redistribui o conjunto de enunciados representados em outros discursos. Assim, por exemplo, para o D Nº 8 os objetos de discurso eram: crescimento econômico e aumento de salário; opondo-se a ele, o D Nº 1 redistribui o conjunto de enunciados;

JÁ NÃO MAIS CESCIMENTO mas DESENVOLVIMENTO JÁ NÃO MAIS AUMENTO DE SALÁRIO mas ENCURTAMENTO DAS DISTÂNCIAS SOCIAIS.

Vejamos um outro sistema de formação das posições subjetivas. Analisar-se-á as seqüências *2, *14, *23, *25, *35, *37, *50, *57, *60, *79 e *86.

Nessas seqüências pode-se verificar o desdobramento do sujeito da enunciação; um dos sujeitos se identifica com o locutor, o outro (duplicata do primeiro) toma o status do sujeito do saber. Isto é, o desdobramento do sujeito produz determinados "efeitos-sujeitos", tais como:

(a) Sistematização de formulações anteriores aproximando seu interdiscurso a outros enunciados já proferidos por outras formações.

Por exemplo, a seqüência *2:

"...lutaremos... para retomar o crescimento econômico... JÁ
EM OUTRAS BASES, COM JUSTIÇA SOCIAL..."

é uma tentativa de aproximação do D Nº 2 ao interdiscurso que pertence ao D Nº 1. Assim, temos:

crescimento econômico

Desenvolvimento econômico

com justiça social

para encurtar as distâncias sociais.

Um outro tipo de formação de posições subjetivas é observado a partir das seqüências discursivas que pertencem ao D Nº 7.

Ante a impossibilidade de definir uma modalidade enunciativa baseada no status do indivíduo que profere o discurso, a posição-sujeito se dispersa no lugar onde o sujeito obtém o seu discurso.

Observa-se:

ênfase na procura de uma prática discursiva própria, cuja característica principal é a refutação dos interdiscursos antagônicos. Exemplo disto são as seqüências *42, *44, *54.

a posição de sujeito se define em função da luta ideológica e de uma praxis específica. A posição que qualquer indivíduo deve ocupar para ser sujeito não é definida exclusivamente a partir da identificação com o sujeito do saber mas também pela identificação com uma praxis social específica.

O DISCURSO Nº 3 apresenta uma formação de posições subjetivas que merece também comentário.

Neste caso, a descrição do sujeito através dos lugares que ele ocupa no discurso está diretamente ancorado nos objetos de discurso.

O sujeito se instala nos espaços não institucionais e intervém no momento em que algum objeto de discurso (que intervém na sua formação, seja refutando-o ou modificando-o) é enunciado, relatado ou conceituado.

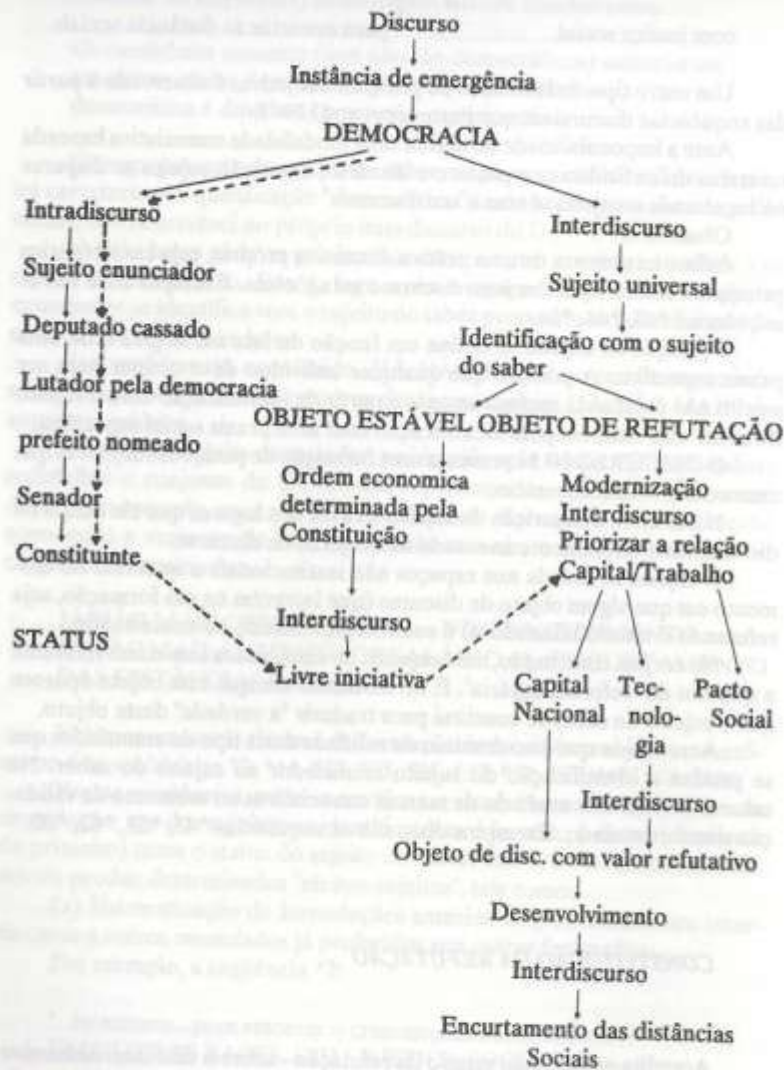
No corpus constituído, um conjunto de enunciados tem como referente a questão da "reforma agrária". É no momento em que este objeto aparece que o sujeito do saber se constitui para traduzir "a verdade" deste objeto.

Acredita-se que é no domínio de validade deste tipo de enunciados que se produz a identificação do sujeito enunciador ao sujeito do saber. No entanto, é notável a ausência de marcas enunciativas no momento de validação deste enunciado. Exemplos disto são as seqüências *43, *53, *62, *80.

CONSTITUIÇÃO DA REFUTAÇÃO

Acredita-se que num estudo da refutação - sobre o eixo interdiscursivo - poderíamos acrescentar elementos novos na análise do fenômeno mais gerais, chamado argumentação.

Neste ponto, tentar-se-á descrever a refutação interdiscursiva através da estruturação de árvores enunciativas a fim de visualizar o tipo de relação que cada formação mantém com as outras.



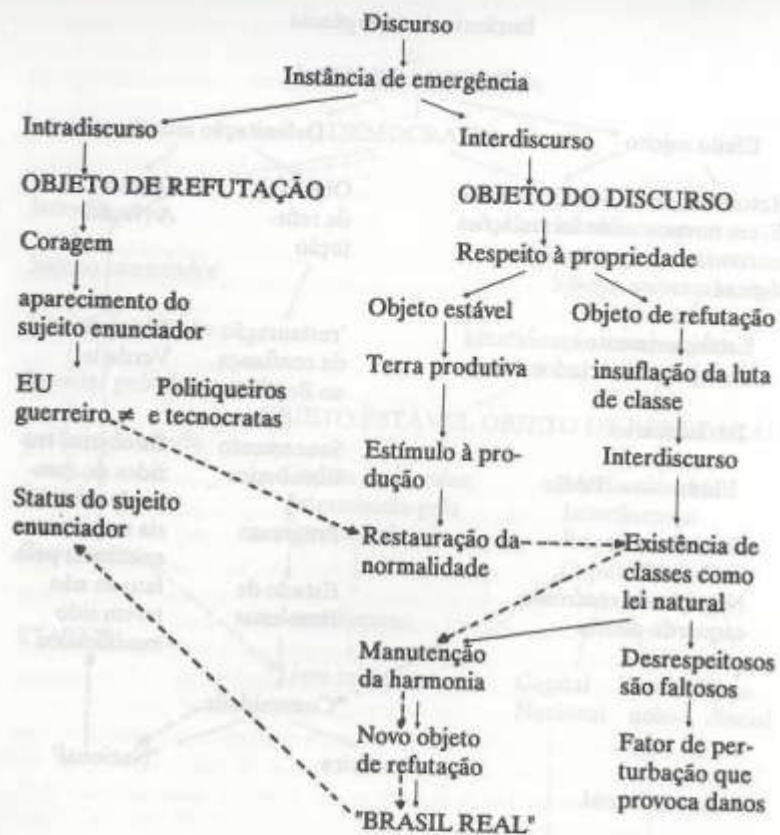
--- > representa a escolha estratégica que possibilita este sistema de formação



REPRESENTAM A ESCOLHA ESTRATÉGICA PELA QUAL NEGA-SE A EXISTÊNCIA DE CLASSES SOCIAIS.

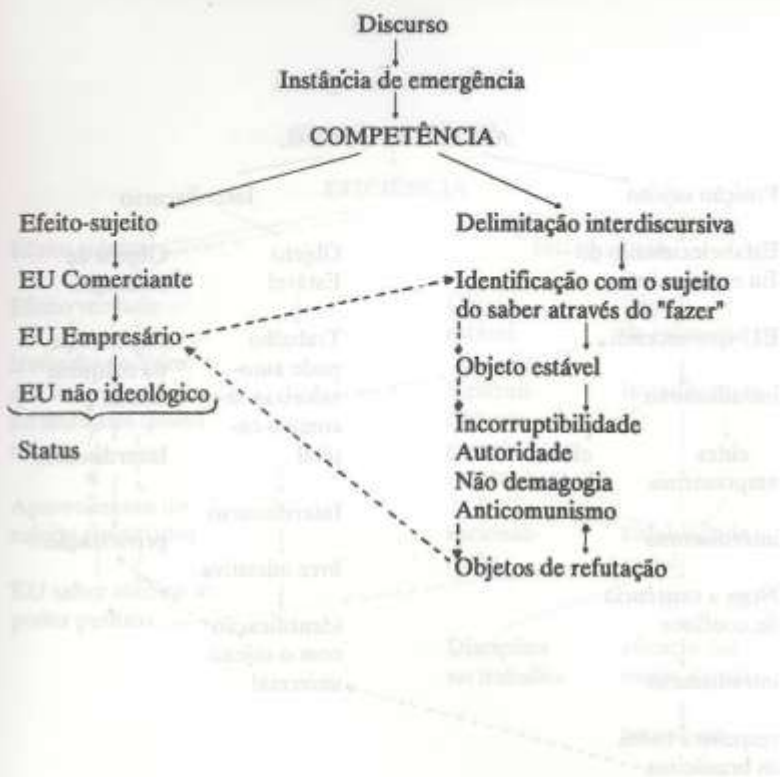
--- > representa o caminho que possibilita o sistema de formação do discurso.

D Nº 3



--- > representa a escolha estratégica - de tipo circular - segundo a qual se constitui o discurso sob uma única configuração temática.

D Nº 4



--- > representa o sistema de formação triangular, onde os objetos estáveis tornam-se objetos de refutação.



O sistema de formação que possibilita o estabelecimento deste discurso começa e termina no estabelecimento de um sujeito enunciatador que tenta representar a sociedade como a soma de individualidades.



Este sistema de formação garante a existência do EU enunciatador, portador do saber-técnico, por meio da transformação do objeto de refutação "tecnologia" em objeto estável "racionalidade", possibilitando a identificação do sujeito enunciatador ao sujeito do saber.

D Nº 7



O sistema de formação deste discurso começa e termina em objetos de refutação determinados pela identificação consciente do sujeito enunciador ao sujeito universal através da praxis.

D Nº 8



--- > representa a escolha estratégica que determina este sistema de formação.



Sustenta-se, a partir das árvores anteriores, que não existem evidências contra para aprofundar um estudo da refutação através da individualização "D", se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que se desenvolvem nas FD.

Em outras palavras, acredita-se que existe a possibilidade de estudar a refutação não como elemento secundário que viria sobrecarregar uma racionalidade discursiva, mas como uma tentativa de evidenciar - através do interdiscurso - as diferentes relações e níveis de relacionamento das FD.

Conclui-se esta análise afirmando-se que:

- 1 - Cada um dos objetos de refutação estabelecidos constituem a base para o estabelecimento das relações entre as FD.
- 2 - Cada sistema de formação escolhe estratégias diferentes para a construção do discurso.
- 3 - A refutação pode, além de ser tratada como processo lógico, ser estudada como fenômeno integrante do interdiscurso das FD.

4 - A identidade do sujeito enunciatador com o sujeito do saber varia de formação para formação.

5 - Nem todos os objetos de discurso são considerados objetos de refutação. Isto é, para cada formação existe um conjunto de objetos que possibilitam a refutação interdiscursiva, enquanto que outros objetos - objetos estáveis - têm como função aquela de legitimar os efeitos de sentido da refutação interdiscursiva; são os objetos de refutação que tornam heterogêneas e instáveis as FD.

V - CONCLUSÃO

Como foi afirmado na introdução do presente trabalho, a pluralidade teórica existente nos estudos da linguagem define metodologias de análise diferentes.

Assim, o conteúdo das múltiplas análises possíveis na área da lingüística variam em função da definição do objeto de estudo; objeto que de fato é sempre redefinido.

Tudo isto leva a afirmar que a distribuição dos objetos a serem abordados por tal ou qual metodologia constitui um retrocesso nos estudos da linguagem. Isto é, não existem discursos mais apropriados ou menos apropriados para tal ou qual tipo de análise; nem todos os textos produzidos no quadro das instituições restringem as modalidades enunciativas, nem aqueles aparentemente cotidianos e poupados em ideologia restringem o estudo da sujeição e das FD.

A análise do discurso não escolhe os textos próprios a suas metodologias, mas escolhe uma determinada abordagem ou um conjunto de quadros teóricos onde são definidos os parâmetros básicos da análise.

Assim, a noção de "discurso" pode referir-se tanto a um conjunto de textos como à regularidade de uma prática. Partidários da primeira definição analisaram produtos, sujeitos livres, máscaras, intencionalidades; partidários da segunda estudaram processos e funcionamentos.

Vemos, deste modo, que a refutação pode tornar-se, para alguns, um fenômeno interdiscursivo ou a manifestação da existência de um objeto de discurso para uma determinada FD. Para outros, a refutação é um subgênero específico da argumentação, uma retomada de um raciocínio anterior para invalidá-lo.

Entre a interdiscursividade e a coerência textual existe um jogo de atribuições e distribuição de objetos de estudo. Pergunta-se, em primeiro lugar, se esse jogo é válido do ponto de vista epistemológico; pergunta-se, também, em que evidências se baseiam aqueles que manifestam a possibili-

dade da análise do discurso tornar-se, ante a ausência de critérios drásticos de exclusão de objetos de estudo, uma etiqueta vazia de todo sentido.

Não seria mais proveitoso reconhecer em tudo isso uma espécie de desafio científico que contribua para o desenvolvimento de uma imprescindível heterogeneidade teórica e, conseqüentemente, metodológica da ciência da linguagem?

A pergunta fica sem resposta. Mas acredita-se que um primeiro passo, neste sentido, seria o reconhecimento, por parte dos analistas, da infecundidade da chamada neutralidade científica.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BAKHTINE, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1974.
- COURTINE, J. *Analyse du discours politique: Le discours communiste adressé aux chrétiens. Langage N° 62*, Larousse, 1981.
- CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris, Hachette, 1983.
- CHAROLLES, M. *Argumentation et communication*, Journées d'études, BELC, 1979.
- FIORIN, J. *O Regime de 1964, discurso e ideologia*. São Paulo, Atual, 1988.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber* (1ª ed. 1969). Rio de Janeiro, Graal, 1987.
- *Vigiar e Punir, História da violência nas Prisões* (1ª ed. 1975). Petrópolis, Vozes, 1989.
- *Microfísica do Poder* (1ª ed. 1979). Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- *História da sexualidade*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- *As palavras e as Coisas; uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- *O Uso dos Prazeres; História da Sexualidade 2*, Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- GUIMARÃES, E. *História e sentido na Linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.
- HAMON, P. *Texte et idéologie, pour une poétique de la norme. Poétique N° 49*, février, 1982.
- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du Discours*. Paris, Hachette, 1976.
- *Nouvelles Tendances en Analyse du discours*. Paris, Hachette, 1979.
- ORLANDI, E. *A Linguagem e seu Funcionamento; as Formas do Discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso; uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1988.
- VEYNE, P. *Como se escreve a História, Foucault revoluciona a história*. Brasília, Cadernos da UnB, 1978.